

O caso da Doutoranda Ana e do Professor Catedrático R.

A Ana iniciou o seu doutoramento numa faculdade pública portuguesa em 2019, sob orientação do Professor Catedrático R., uma figura de grande prestígio, frequentemente descrito como “intocável” e central para o funcionamento do centro de investigação.

Nos corredores, circulavam há anos rumores sobre comportamentos sexualmente impróprios do Professor R.:

- convites insistentes a estudantes para encontros em horário tardio;
- toques não solicitados durante sessões de orientação;
- comentários sexualizados sobre o corpo de alunas;
- pressão para aceitar “proximidade” em troca de referências, financiamentos ou oportunidades académicas.

Nada disto, porém, constava de queixas formais. Muitas estudantes diziam que era “inútil” denunciar, porque nada mudava — e havia receio de prejudicar o futuro académico.

Num final de tarde, após uma reunião de orientação, o Professor R. convenceu Ana a continuar a conversa no seu gabinete, alegando que “era apenas para rever detalhes da metodologia”. Lá dentro, fechou a porta, aproximou-se fisicamente de forma invasiva, tentou beijá-la e tocou-lhe sem consentimento. Ana conseguiu sair rapidamente e deixou o edifício em estado de choque.

Nos dias seguintes:

R. enviou-lhe mensagens dizendo que “tinha sentido uma conexão” e que podia ajudá-la a conseguir financiamento. Quando ela não respondeu, começou a adotar um comportamento hostil: atrasou avaliações, excluiu-a de um artigo em curso e ameaçou “prejudicar a tese” se ela não colaborasse.

A tentativa de denúncia:

Quando Ana procurou denunciar o sucedido, enfrentou vários obstáculos: não encontrou facilmente informação sobre como proceder; a universidade não tinha um canal claro e independente para queixas de violência sexual; colegas avisaram-na de que denunciar poderia “acabar com a sua carreira”; a comissão interna responsável por casos de assédio não tinha formação específica sobre violência sexual; alguns membros tinham ligações académicas próximas ao Professor R.; não foram implementadas medidas de proteção imediata (por exemplo, afastamento do orientador); a investigação interna demorou meses, durante os quais Ana continuou exposta a R. nos corredores, reuniões e avaliações.

Enquanto isso, surgiram relatos não oficiais de outras três estudantes que tinham vivido situações semelhantes, mas nenhuma queria testemunhar formalmente. O processo acabou por ser arquivado com o argumento de “falta de elementos probatórios suficientes”, apesar de várias evidências circunstanciais e correspondência intimidatória do professor.

Ana passou meses sem apoio psicológico especializado e acabou por abandonar o doutoramento. O Professor R. mantém as suas funções, sem qualquer medida disciplinar.